

## **[42382] PRÁTICAS DE PATRIMÔNIO INSURGENTE**

Autoras: Hemilyn da Silva Machado; Fabrícia Sandrin Zin

Coordenador: Inês Martina Lersch

Co-autores: Eber Pires Marzulo, Luciano Joel Fedozzi, Pedro de Almeida Costa, José Daniel Craidy Simões, Leonardo Oliveira Sassi

Por patrimônio insurgente entende-se a reivindicação da preservação por meio da luta movida por coletivos e comunidades. O termo, citado por Castriota e Braga (2016), refere-se a uma prática contra-hegemônica que se baseia na relação entre comunidade, patrimônio cultural e direito à cidade. O programa é voltado para estudantes de graduação e de pós-graduação, arquitetos e urbanistas, ativistas sociais e culturais, coletivos e comunidade em geral. O objetivo do trabalho é proporcionar discussões e reflexões a respeito do patrimônio insurgente junto aos coletivos e comunidades que vêm reivindicando o direito à preservação do patrimônio cultural no Rio Grande do Sul. A justificativa e relevância de projetos desta natureza se mantêm e se acentuam, na medida em que se diagnostica o desmonte das políticas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, diante do atual cenário político, econômico e social. No ano de 2021, em virtude das limitações impostas pela pandemia de Covid-19, as atividades têm se realizado de forma remota. Atualmente, a discussão se concentra no caso do Cais do Porto de Porto Alegre, que se tornou novamente objeto de disputas entre o mercado imobiliário, o poder público e a comunidade. Nesse cenário, passamos a atuar juntamente com o projeto de extensão “Cais do Porto Cultural” na formulação de uma proposta alternativa de ocupação dos espaços pelos grupos produtores de cultura na cidade, entre os quais, companhias de teatro, dança, música, entre outros. Com isso, buscamos promover espaços democráticos e diversos para o desenvolvimento de atividades culturais e sociais no Cais, tendo sempre em vista a preservação do seu espaço. Com base em questionários e consultas realizadas a diversos coletivos e entidades de arte e cultura porto-alegrenses, passamos à elaboração de um programa de necessidades e de um zoneamento para orientar a propostas, de forma a atender às diversas demandas ocupacionais.